



Resenha

Resenha do livro: BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

Feminismos e atuação política: reflexões como aporte para entender as desigualdades de gênero

Feminisms and political action: reflections as a contribution to understand gender inequalities

Cássio Rodrigues Faria*

O livro *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*, da autora Flávia Biroli, além de contemporâneo, traz fundamentos teóricos e práticos para refletirmos sobre a democracia no Brasil, tendo como foco as relações de gênero. A autora, pesquisadora competente sobre as desigualdades de gênero, retoma em seu livro questões fundamentais que questionam os processos sociais, culturais, econômicos e políticos que, ao longo da história, ocasionaram a segregação dos gêneros numa relação de poder que constantemente provocam padrões de desigualdade, injustiça e, também, em algumas situações, quadros de violência.

A partir dessa análise inicial, reforçamos que o trabalho da autora no livro supracitado traz um panorama muito mais amplo para as discussões sobre as desigualdades de gênero no Brasil. Nesse sentido, para encabeçar um emaranhado de discussões, o livro possui capítulos que buscam problematizar as relações e desigualdade entre os gêneros. São eles: divisão sexual do trabalho, cuidado e responsabilidades; família e maternidade; aborto, sexualidade e autonomia; feminismo e atuação política e por fim, a conclusão. Citamos os tópicos para que o leitor e a leitora possam perceber a dimensão da problematização que a autora enfoca em cada sessão, sendo relevante as discussões propostas, além de dialogar de forma clara e objetiva sobre o

* Mestrando em Educação, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em Pedagogia. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades-GPESP. Atualmente é Professor e Analista Pedagógico da Rede Municipal de Educação da Cidade de Uberlândia/MG. Contato: carodfa@hotmail.com

objeto em análise em cada uma das situações que, na verdade, são contemporâneos e recheados de polêmicas.

Desse modo, no primeiro capítulo, Biroli retoma discussões acerca da dimensão da divisão sexual do trabalho nas diferentes ordens sociais. Nesse enfoque, observamos as discussões sobre a hierarquização do trabalho que são definidas por questões de gênero, classe e raça, produzindo identidades que carregam em seu bojo processos de vantagens e desvantagens. O que fica mais evidente nas falas da autora é o privilégio de alguns em detrimento a outros, pois nota-se que as mulheres negras e de baixa renda estão na base piramidal em uma desvantagem alarmante, configurando, além de processos distintos entre gênero, também processos desiguais oriundos do racismo estrutural. Assim, as hierarquias de classe e de raça, aliadas aos processos segregativos dos gêneros, numa relação intrínseca de poder, fazem com que as mulheres, em especial mulheres negras, tenham ocupações de trabalhos inferiores aos homens (brancos e héteros cis).

Ainda partindo dessa análise, a autora reforça a necessidade da representação política da mulher nas organizações institucionais para mudar essa realidade social, pois são elas que possuem essa vivência e são capazes de promover discussões e elaboração de programas sociais para estabelecer as mudanças necessárias.

Assim, focando nas questões de política e cidadania, existem estruturas de poder que estrangulam a participação autônoma das mulheres na política, pois estão inseridas em um sistema opressor e de produção social e cultural do gênero. Portanto, partindo dos processos de análise da divisão sexual do trabalho e ampliando essas discussões sobre os processos formativos na “reprodução das hierarquias de gênero, analisando-as nas convergências entre gênero, raça, classe e sexualidade”¹, é possível trazer à luz as críticas fundamentais para desenvolver processos de inclusão da cidadania para todos e todas.

A partir dessa análise, no segundo capítulo: cuidados e responsabilidades, Flávia Biroli questiona a submissão do papel social das mulheres numa perspectiva de que são responsáveis pelo cuidado à família e à educação dos filhos. Nessa perspectiva, ocorre a desvalorização da mulher na sociedade, menor acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente, maior distanciamento na equidade entre os gêneros, pois “permite expor as dimensões ideológicas e socioeconômicas da atribuição do cuidado prioritariamente às mulheres”².

Para tanto, é notadamente evidenciado na fala da autora que essa realidade poderia ser diferente mediante as intervenções dos poderes públicos com equipamentos institucionais de

¹ BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 12.

² BIROLI, 2018, p. 14.

cuidados que poderiam dar maior suporte ao núcleo familiar, pois é necessário despir-se dos processos de privatismo do mercado de trabalho, dar maior inclusão às mulheres de baixa renda e estabelecer a participação dos governos para acolherem a demanda de apoio ao cuidado social das famílias, pois o foco dessas instituições públicas deveria ser “a alocação desigual das responsabilidades e o acesso precário da maior parte da população a cuidados necessários à saúde, a garantias de proteção social e contra a violência”³.

Assim, as mulheres de baixa renda poderiam ter maior disponibilidade para focarem no desenvolvimento instrucional e profissional, visto que ainda temos uma visão machista de que a mulher deveria exercer apenas atividades relacionadas à família. Diante do exposto, elevando mais as discussões, no terceiro capítulo, a autora descortina o olhar sobre a família e a maternidade, através de uma abordagem histórica e social. Nessa narrativa, o papel social da mulher na família, construído ao longo da história, assume vantagens para os homens, pois, em processos construídos socialmente e culturalmente, o feminino está na posição de subvalorização para o trabalho doméstico.

Da mesma forma, no que se refere à questão da criação dos filhos, a mulher é vulnerável. O que observamos nesse contexto é que mulheres Brasil a fora acumulam diferentes funções familiares, que partem das necessidades dos cuidados essenciais dentro do núcleo familiar e do trabalho remunerado fora dele. Nessa abordagem, Flávia Biroli retoma as inclinações de questionamentos sobre como essa divisão é desleal para as mulheres, que ficam à margem do desenvolvimento social e político do país.

Assim, observamos mais uma vez uma estrutura social construída a partir de mecanismos desiguais entre os gêneros. A mulher assume, muitas vezes, papel de provedora do lar e ainda exerce os cuidados necessários a vida doméstica, no cuidado com os filhos. Essa dinâmica tem sido observada com maior frequência nos últimos anos, pois a necessidade de a mulher garantir o provento ao lar e qualidade de vida aos filhos, tem acarretado a ela a dedicação à maternidade e ao trabalho remunerado simultaneamente. Essas condições, especialmente para as mulheres de baixa renda, limitam suas participações nos processos políticos e, muitas vezes acarretam a inviabilidade da cidadania, nas discussões necessárias para mudar esse paradigma.

Essas mudanças sociais também são bastante visíveis no que se refere aos direitos sexuais femininos. Nessa abordagem, Flávia Biroli recorre a analogia sobre o aborto, a sexualidade e a autonomia das mulheres no quarto capítulo do livro, apontando avanços significativos e a problematização sobre a disputa política, que envolve “retomar e aprofundar o controle e a regulação sobre as mulheres, sobre seu corpo e limitar subjetividades em

³ BIROLI, 2018, p. 14.

transformação.”⁴ Entretanto, ainda existe limitações no aprofundamento dessas discussões, por classes conservadoras e moralistas, sendo evidente a efetiva promoção de políticas públicas de assistência e acolhimento, principalmente para a classe feminina mais carente.

Partindo dessas análises, entramos no penúltimo capítulo, denominado Feminismo e Atuação Política, que consideramos um marco para a elaboração desse trabalho. Nele, Flávia Biroli retoma uma analogia histórica, partindo do processo de redemocratização do país com a construção da Constituição de 1988. Durante esse processo o movimento feminista caminhava na articulação de efetivar direitos constitucionais e problematizar as questões sociais e culturais vigentes da época e tão atuais como agora, apesar de muitos avanços percebidos até a atualidade.

Nessa abordagem, apresenta como discussão o fato de que a representatividade da mulher na política é fundamental para enobrecer os discursos feministas e elucidar políticas públicas e leis que favoreçam os ideais fundamentados no movimento. Entretanto, o que se observa é um aparato político misógino que, compreendendo numa perspectiva mais ampla, além das relações de sexo e gênero, é definido por variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade e geração. Desse modo, é imprescindível que o movimento feminista tenha consciência crítica de que “a categoria ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação.”⁵

Assim, o espaço político ainda é delimitado pelo público masculino que reforça processos formativos de exclusão das mulheres e de grupos subalternizados que são considerados, a grosso modo, de “diferentes” e os debates políticos tendem, nas últimas décadas, promover “investidas contra as mulheres na política, contestações à sua competência como atores políticos e ações contraditórias a direitos que foram estabelecidos como resultados de demandas e lutas históricas.”⁶ Diante dessa constatação, a autora retoma processos históricos e sociais que marcaram a luta do movimento feminista para conquistas fundamentais e também visibilidade às suas reivindicações, promovendo marchas, campanhas, protestos, além das disputas eleitorais, pois o que se procura elucidar é que “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.”⁷

Desse modo, ao se colocar em evidência, o movimento feminista e a participação da mulher na política têm imprimido perspectivas de melhora ao número percentual do feminino na

⁴ BIROLI, 2018, p. 16.

⁵ BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 19.

⁶ BIROLI, 2018, p. 17.

⁷ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 21.

política, entretanto, mesmo assim, o Brasil possui número reduzido comparado a outras nações. Após o processo de democratização, com lutas no domínio social e político em meio a ditadura, o movimento feminista procurou questionar a baixa presença das mulheres no campo político. Outro fator a considerar é que a Constituição de 1988 e suas discussões, nas interposições dos movimentos feministas, garantiram a equidade de direitos e obrigações aos gêneros.

Nesse sentido, a agenda de lutas do movimento feminista constitui-se elemento fundamental para elevar a participação da mulher no campo político em um complexo contexto de avanços, modulações e reações. Entretanto, o percentual baixo da atuação feminina na política, ainda é alicerçado por grupos carregados de conservadorismo e moralismo no campo religioso, capitalista (empresários e proprietários de terras) e na “bancada da bala” (militares, policiais, seguranças particulares e indústria armamentista), que barganham apoio parlamentar e maior representação em legendas desestabilizando, principalmente na política vigente, as representações femininas e de grupos minoritários que são fundamentais para modificar e implementar políticas inclusivas e de assistência social para o desenvolvimento integral da cidadania.

Nesse contexto, esses grupos conservadores emplacam ações contra os princípios de igualdade de gêneros e do respeito às diferenças, afetando consideravelmente políticas públicas para a transformação da vida familiar das pessoas, principalmente no que se refere à redução de gastos públicos e à redução de direitos trabalhistas que afetam consideravelmente os mais pobres e desfavorecidos, como as mulheres negras e provedoras do lar.

Diante do exposto, Flávia Biroli inicia suas argumentações para as conclusões em sua obra. Nessa abordagem, ressalta que a participação das mulheres na sociedade alterou profundamente todos os campos apresentados como discussão nos capítulos do livro. Embora ainda, em processos de transformações, a complexa rede de poder tem se mostrado como empecilho para mudar o cenário atual. Portanto, as relações de gênero contribuem consideravelmente na vida afetiva, familiar, no trabalho e na política, sendo pertinente ressaltar que o machismo, o conservadorismo, o moralismo, a homofobia e outros compostos de segregação social, contribuem para a ineficiência de processos transformadores na sociedade e fortalecimento da cidadania.

Assim, o papel da mulher na política é um meio para escancarar ainda mais esses processos de dominância e poder, colocando no centro as discussões que promovem a desigualdade e estabelecendo mecanismos de resistência, garantindo as transformações necessárias para a inclusão e desenvolvimento de processos de cidadania a todos e todas, apesar das individualidades e das diferentes identidades constituintes na sociedade. Dessa forma,



é necessária a democratização das relações de gênero, pois “relações de gênero democratizadas contribuirão para formas sustentáveis de organização social e política.”⁸

Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 12.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

[Recebido em: abril de 2021 /
Aceito em: junho de 2021]

⁸ CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 273.